



## Miguel Esteves Cardoso – desacordando a ortografia, defendendo a lusofonia

### *Miguel Esteves Cardoso – Disacording orthography, defending lusophony*

MARIA FILOMENA BARRADAS<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Refletindo sobre vários tópicos, Miguel Esteves Cardoso ganhou visibilidade, ainda durante as décadas de 80 e 90 do século passado, sobretudo graças às crónicas que publicou nos semanários *Expresso* e *O Independente*, do qual foi também diretor. A rápida reunião em volume desses textos garantiu que eles não caíssem no olvido, permitindo ao leitor atual confrontar-se com uma visão acerca da identidade portuguesa que é, em simultâneo, conservadora, divertida e disruptiva.

Crendo que Miguel Esteves Cardoso é um dos mais originais pensadores contemporâneos da portugalidade, a sua perspetiva relativamente à lusofonia não pode ser desprezada. Nunca negando que a língua é património comum entre Portugal e os territórios outrora colonizados, Esteves Cardoso manifestará a sua desconfiança relativamente ao projeto do Acordo Ortográfico, desde que ele começa a ser delineado. No entanto, como se procurará mostrar, tal ceticismo configura uma forma de defesa da língua e da sua diversidade.

**Palavras-Chave:** Língua portuguesa, Acordo Ortográfico, Pós-colonialismo

#### **Abstract**

Reflecting on various topics, Miguel Esteves Cardoso gained visibility, during the last two decades of the 20<sup>th</sup> century, mainly because of his opinion pieces issued on newspapers such as *Expresso* and *O Independente*, which he led. These opinion pieces were rapidly published into books, which ensured that they would not fall into oblivion, allowing the reader to discover a vision about the Portuguese identity that is simultaneously conservative, funny and disruptive.

Believing that Miguel Esteves Cardoso is one of the most original contemporary thinkers of portugality, his perspective towards lusophony cannot be neglected. Never denying that language is the common heritage between Portugal and formerly colonized territories, Esteves Cardoso manifests his distrust of the Orthographic Agreement project, from the moment it starts to take shape. However, as we seek to show, such skepticism sets up a defense of the Portuguese language and of its diversity.

**Keywords:** Portuguese Language, Orthographic Agreement, Postcolonialism

---

### **1. INTRODUÇÃO**

Miguel Esteves Cardoso (MEC), pensador de Portugal e dos portugueses, tem dedicado várias das suas crónicas ao tópico da língua portuguesa.

A língua é matéria sobre a qual o autor reflete, discutindo aspetos como sejam a mudança social que se incorpora nos hábitos linguísticos, a maneira com a língua

---

<sup>1</sup> Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Portalegre, filomenab@gmail.com

traduz uma mente coletiva, ou o acervo vocabular existente e que informa a sua tarefa de escritor. Por isso, mesmo quando o assunto da crónica não é a língua portuguesa, é habitual encontrarem-se comentários acerca de palavras, dos seus sentidos e sons, ou de construções fráscas peculiares.

Em paralelo, a produção cronística de MEC tem coincidido com o debate acerca do Acordo Ortográfico (A.O.). Manifestando-se contra, o cronista dará vazão ao seu posicionamento em textos como “O Acordo Tortográfico” e “Saudável Desacordo: Ingleses e Americanos”, que podem ser lidos em *Explicações de Português* (2001), mas que remetem para o início do processo negocial, inaugurado em 1986; na atitude assumida pelo semanário *O Independente*, de que era diretor, no momento em que o Acordo é discutido e aprovado pela Assembleia da República, em 1991; ou ainda, mais recentemente, numa das crónicas escritas para o *Público* e intitulada “Acordo, a tua avó” (22/12/2009).

Assim, o presente trabalho fará uma breve revisão da questão ortográfica relacionando-a com os escritos de MEC quer diretamente relacionados com o tema, quer com textos que evidenciam o posicionamento do autor acerca da identidade cultural portuguesa. Como se tentará demonstrar, a questão ortográfica surge enquadrada numa questão de maior alcance – o relacionamento de Portugal com as suas ex-colónias e a reformulação da identidade portuguesa na contemporaneidade. Assim, na perspetiva de MEC qualquer tentativa de harmonização ortográfica é nefasta, já que em vez de se promover a unidade da língua contribui-se para o seu empobrecimento através da eliminação de traços distintivos fundamentais e necessários para a definição das identidades culturais, sociais e nacionais dos estados lusofalantes.

## 2. AS TENTATIVAS DE HARMONIZAÇÃO ORTOGRÁFICA AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO

Embora anteriormente já tivessem sido feitos alguns esforços de sistematização ortográfica, foi só na transição do século XIX para o século XX que vieram a lume os trabalhos de Gonçalves Viana, *Bases da Ortografia Portuguesa* (1885) e *Ortografia Nacional* (1904), que serviram de suporte à reforma ortográfica de 1911. Assim, foi pela mão da República que se produziu a primeira normalização da escrita em português. Perante uma população largamente iletrada, a existência de uma escrita com regras definidas revelava-se fundamental para os desígnios de alfabetização, preconizados pelo novo regime.

Pela mesma altura, o Brasil encetava o seu processo de regramento ortográfico, defendendo inicialmente que as ortografias brasileira e portuguesa deveriam divergir (Neves, 2010: 102-103), uma posição que se alteraria pouco depois.

Em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa firmaram as Bases que estiveram na origem do Vocabulário Ortográfico Português

(1940) e do Formulário Ortográfico Brasileiro (1943). Em 1945, os dois países assinaram um acordo ortográfico, que foi apenas aplicado em Portugal, regendo-se o Brasil pelo Formulário Ortográfico de 1943. Nos anos 70 do século XX, foi feita uma nova tentativa de aproximação ortográfica, mas continuou a não haver uniformidade entre a escrita do Português Europeu e do Português do Brasil.

Mas a década de 70 trouxe também mudanças políticas que afetariam a língua portuguesa. Pondo fim ao regime ditatorial que vigorava em Portugal, a revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu que os países que até aí faziam parte do império português conquistassem, finalmente, a sua autonomia. Nasceram assim novos estados para os quais a língua portuguesa se perfilava como uma ferramenta importante, pois embora tivesse sido a língua de poder e do colonizador, era agora uma herança que poderia servir à afirmação das soberanias conquistadas.

A designação de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) aplicada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe reflete qual o estatuto do Português nesses estados. Ao contrário do que acontece nos casos de Portugal e do Brasil, em que a língua materna e a língua oficial coincidem, nestes países o Português é a língua oficial, ou seja, a língua adotada pelo estado nas suas relações institucionais, sendo que a maior parte dos falantes tem outras línguas maternas (Cunha & Cintra, 1994/1984); Mateus & Villalva, 2006). Assim, é à luz da noção de língua oficial que se podem entender as tentativas de harmonização ortográfica, já que a existência de uma norma escrita comum facilitaria as relações institucionais entre os estados luso-falantes.

Remonta a 1986 a primeira tentativa de redação de um acordo ortográfico, quando, por iniciativa do presidente brasileiro, José Sarney, os países de língua oficial portuguesa se reuniram pela primeira vez com esse propósito. Embora o documento tivesse sido elaborado, a polémica gerada em seu torno inviabilizou qualquer aplicação. Quatro anos depois, em consequência de um novo encontro, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras apresentaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cuja entrada em vigor estava prevista para 1994, tendo, para isso, de ser ratificado por todos os estados envolvidos no processo; no entanto, em 1995, apenas Portugal, Brasil e Cabo Verde tinham homologado o Acordo, o que determinou um impasse no processo. Em 2004, numa reunião mantida pelos diversos ministros da Educação dos países da CPLP<sup>2</sup>, decidiu-se que bastaria que três deles ratificassem o documento para que ele pudesse ser implementado: o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe fizeram-no em 2006; Portugal em 2008.

Em 2009, tanto o Brasil como Portugal decidiram-se pela implementação da nova ortografia, estabelecendo-se um período transitório de três e seis anos, respetivamente, para a sua plena adoção. No entanto, quatro anos volvidos, nem de um lado, nem do outro do Atlântico a questão é pacífica e, embora oficialmente o Acordo

<sup>2</sup> Conforme o site da CPLP (<http://www.cplp.org/>) a Comunidade de Países de Língua Portuguesa nasceu oficialmente em 1996. Os países fundadores foram Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 2002, depois de ter alcançado a sua soberania, Timor Leste juntou-se à organização.

esteja a ser praticado e haja, por exemplo, indicações para o seu ensino e divulgação pelas escolas, o coro de vozes críticas parece não abrandar<sup>3</sup>.

### 3. MEC, CRÍTICO DO ACORDO

Como foi dito acima, MEC é um cronista não só especialmente atento à língua – ela é, afinal, a sua matéria-prima –, como também, ao momento histórico. Nesse sentido, a língua constitui também um aspeto integrante das preocupações político-ideológicas do cronista, que se empenha em refletir sobre o novo estatuto de Portugal, num contexto pós-colonial e de feição europeia.

Em 1988, quando lança *O Independente* com Paulo Portas, MEC tem já créditos firmados no mundo jornalístico, graças à projeção que as suas crónicas no *Expresso* e editadas sob os títulos *A Causa das Coisas* e *Os Meus Problemas* lhe tinham granjeado. No entanto, enquanto diretor do jornal que abalará a cena mediática portuguesa na transição da década de 80 para 90, MEC terá ao seu dispor um órgão de comunicação capaz de veicular uma ideologia “democrata e conservadora” e defensora de valores patrióticos, como se podia ler no Estatuto Editorial do semanário. Por isso, não são de estranhar as causas que *O Independente* toma para si, sendo possível destacar a questão ortográfica de entre elas (Barradas, 2012).

Assim, logo num dos seus primeiros números (16/09/1988), o A.O. é chamado à colação, através da reprodução integral do artigo de Teixeira de Pascoaes, “A Fisionomia das Palavras” que fora publicado n’ *A Águia* (ano I, 1ª série, nº 5, 1 de fevereiro de 1911), e que está reproduzido na compilação *A Saudade e o Saudosismo* (1988). Nele, Pascoaes respondia a Jaime Cortesão, que tinha expressado o seu desagrado por *A Águia* não ter adotado uma ortografia uniforme, publicando os contributos dos diferentes autores, de acordo com os hábitos de escrita de cada um. Ora, para Pascoaes, o “critério biológico e estético” era aquele que devia ser observado relativamente à ortografia. Os seus argumentos são, no entanto, de natureza impressionista, pouco ou nada devendo aos critérios linguísticos<sup>4</sup>.

A reprodução do artigo de Pascoaes declara, pois, qual o posicionamento d’ *O Independente* relativamente ao A.O.: tendo sido, à época da sua publicação n’ *A Águia*, a resposta a um defensor da reforma ortográfica de 1911, o texto servia agora o propósito de mostrar que *O Independente* não era favorável às mudanças ortográficas que se perspetivavam, uma ideia reforçada pela ocorrência de elementos

<sup>3</sup> O Portal da Língua Portuguesa (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org>), desenvolvido pelo ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), disponibiliza informação relativa à história do Acordo Ortográfico e ferramentas de apoio, tais como o software Lince (um conversor para a nova ortografia). É possível também aceder às normas que cada um dos A.O. preconiza.

<sup>4</sup> Vejam-se os argumentos apresentados para justificar a grafia das palavras “cristalino” e “pecado”. Em relação à primeira, Pascoaes afirma: “A palavra **crystallino**, por exemplo, deve escrever-se **cristalino**; o y e os dois ll deformam-lhe o corpo, tornando-o confuso e turvo, ao passo que o i latino e um l apenas fazem a palavra simples, clara, cristalina, como é a própria ideia que traduz”; porém “[v]ejamos, por exemplo, a palavra **Pecado**: escrevendo-a com um c apenas, o sentido íntimo desta palavra altera-se imediatamente, e quebra-se a relação de harmonia entre o seu corpo e a sua alma, o que é uma ofensa aos princípios da Biologia e da Estética.” (destaques no original).

peritextuais, como o antetítulo “Desacordo” e o sumário que justifica a publicação de “A fisionomia das palavras”:

“Este inverno o A.O. voltará a dominar os cabeçalhos dos jornais. Enquanto não é divulgada a nova proposta de acordo, é bom ler as palavras apaixonadas de Teixeira de Pascoaes. Ele perdeu a batalha dele. Até por isso temos a obrigação de ganhar, mais uma vez, a nossa.” (*O Independente*, 16/09/1988, C3:19)

Três anos depois, no início de junho de 1991, o parlamento português ratificou o A.O. Face a uma “questão tão subjectiva como a ortografia”<sup>5</sup>, MEC lamentava que os deputados tivessem seguido a disciplina partidária, em vez de terem votado “conforme a consciência” (*O Independente*, 7/06/1991, C1:19). Para ele, o assunto da ortografia não podia, nem devia ser objeto de legislação.

O Caderno 3 da edição de 21 de junho de 1991 será dedicado ao tema. Logo na capa, resumia-se a posição d’ *O Independente* em relação à decisão política que fora tomada:

“Contra o A.O.  
Duzentos deputados decidiram que 200 milhões de pessoas deverão mudar a ortografia.  
Ou seja, 0,001 por cento dos lusófonos combinaram que, por exemplo, é indiferente escrever acto ou ato, bebé ou bebê, amnistia ou anistia, heróico ou heroico, aritmética ou arimética. Não contentes com o facto ou com o fato, a partir de 1 de Janeiro de 1994, seremos obrigados a escrever ação, ativo, ótimo, atual, objeto. ObjecTamos.”

No interior da revista, destacavam-se várias matérias relativas ao A.O.. A primeira era uma entrevista, assinada por Diogo Amaral e com fotografias de João Tabarra, ao então presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Manuel Jacinto Nunes, que tinha estado diretamente envolvido na negociação do A.O. Na sua perspetiva, o A.O. era positivo e as posições contra ele derivavam de um fervor nacionalista, que tendo ficado silenciado aquando da perda das colónias se manifestava agora, como “uma reacção natural contra a “perda da língua”” (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 12-14).

De facto, parecia ser o fervor nacionalista a orientar as afirmações, escritas em caracteres vermelhos:

“NÓS NÃO CONCORDAMOS”  
“NÓS ESCRREVEMOS PORTUGUÊS” (*O Independente*, 21/06/1991, c3:16-17)<sup>6</sup>.

Estas afirmações destacavam-se em duas páginas de fundo negro, onde se podiam ler, a branco, os nomes de jornalistas, escritores e intelectuais, que subscreviam esta declaração.

A revista publicava ainda um artigo de opinião de António Barreto, argumentando contra o Acordo; elencava os “traidores” que “fizeram aprovar o Acordo”, os

<sup>5</sup> Nas citações d’ *O Independente* e das crónicas de Miguel Esteves Cardoso não se atualizou a ortografia.

<sup>6</sup> Cada uma destas frases aparece em páginas distintas. Na última página é prestado um esclarecimento adicional: aos nomes apresentados como subscretores da declaração “[juntam-se] os de mais de 22 mil portugueses que assinaram as listas do Movimento Contra o A.O., com sede no Grémio Literário, Rua Ivens, 37, 1200 Lisboa”. Entre os subscretores nomeados, apareciam os nomes de António Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, José Cardoso Pires, Mariano Gago, Sophia de Mello Breyner, MEC e Paulo Portas.

“cobardolas” que se abstiveram, e apresentava as justificações dos “heróis que contra ele votaram; reproduzia parte do debate parlamentar que antecederá a ratificação do documento; atacava com humor o Presidente da Academia, numa peça onde se reproduziam fotograficamente textos seus, saídos no *Diário de Notícias*, e que tinham sido corrigidos em “alegre ambiente de conspiração” por “figuras de relevo do Movimento contra o A.O.”; dava conta dos prejuízos financeiros que as editoras nacionais poderiam acumular pela implementação do Acordo Ortográfico; refletia sobre o património lexical, debruçando-se tanto nas palavras que iam caindo em desuso, como nos estrangeirismos que iam sendo incorporados na língua.

O *dossier* A.O. era encerrado com a peça intitulada “Um, dois três vamos escrever brasilês”, uma súmula das principais mudanças que seriam introduzidas pelo Acordo, e com os resultados de “Acordo com desacordo se paga”, um inquérito dirigido a 301 residentes da área de Lisboa, cujos resultados mostravam a discordância e desconfiança do cidadão comum em relação ao Acordo (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 12-33).

De facto, a discussão acerca do Acordo rapidamente extravasara o âmbito académico e político, como António Barreto nota no seu artigo:

“Encorajada ou não pelo Governo, a verdade é que esta discussão foi seguramente uma das mais intensas dos últimos anos. A vivacidade desta polémica tem poucos paralelos na história recente. (...) As discussões ultrapassaram os círculos especializados, tendo suscitado interesses e motivado contribuições muito para além dos eruditos e literatos. A animação foi tal que, em 1986, o Governo e a Academia (das Ciências) foram obrigados a rever e profundamente modificar o primeiro projecto. Este facto fez história, pois, entre nós não, é frequente as autoridades comoverem-se com a opinião pública.” (*O Independente*, 21/06/1991, C3:19)

O facto de a discussão em torno do Acordo se ter estendido a toda a sociedade pode ser explicado porque num país como Portugal, onde a língua foi fator de identificação coletiva desde cedo, não havendo discrepância entre a língua materna e a língua oficial, a tentativa de implementação de uma nova ortografia é sentida como antinatural e como um atentado à própria individualidade da língua (Sobral & Vala, 2010; Barradas, 2012). Nesta argumentação são os critérios emocionais que mais relevância têm. Por exemplo, nas declarações que prestam a *O Independente*, os deputados que votaram contra o Acordo dão a entender que a sua posição é justificada pelo facto de que, subscrevendo o documento, Portugal estaria a ceder aos interesses brasileiros. Por outras palavras, estes políticos, que evocavam o “vocabulário telenovelesco” e a “pilhérica telenovela de linguaradas brasileiras” (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 20-21) recusavam ratificar o Acordo porque o concebiam como o reconhecimento da força hegemónica representada pelo Português do Brasil, cujo número de falantes excedia (e excede!) largamente aquele que existe nos restantes países lusófonos, e que tinha ao seu alcance armas de expansão linguística tão eficazes como as telenovelas, que a partir de 1977, com a transmissão de *Gabriela Cravo e Canela*, passaram a fazer parte do quotidiano português (Ferin, 2003; 2011)

Finalmente, para marcar a sua posição oficial em relação ao Acordo, *O Independente* publicará, em conjunto com a revista *Grande Reportagem*, uma declaração rejeitando a obediência à nova ortografia (*O Independente*, 19/07/1991, C3: 16).

Sendo certo que a posição de *O Independente* é partilhada pelo seu diretor, a perspetiva de MEC não pode ser desvinculada do pensamento que vem formulando acerca da condição de Portugal em finais do século XX (Barradas, 2012).

Como conservador, seria de esperar que MEC recorresse aos argumentos típicos, que sublinham que as mudanças ortográficas a introduzir na escrita do Português Europeu são uma concessão e uma submissão em relação ao Português do Brasil. No entanto, uma leitura mais atenta revela rapidamente que não é esse o entendimento de MEC. De facto, aquilo que ele defende é que aos países falantes e escreventes do Português deve ser dada liberdade, tanto na fala, como na escrita, por forma a que cada um deles (re)encontre a sua identidade, num contexto em que nenhum dos territórios deve submissão aos outros.

Na nova situação pós-colonial, a lusofonia substituiu o império português. Este conceito, que remete para o facto de haver um conjunto de países e de comunidades que usam a língua portuguesa, estando distribuídos por várias zonas do globo, suscita a desconfiança de MEC<sup>7</sup>, também ele crítico da noção de “palop”:

“Os ingleses têm a Commonwealth. E nós? Nós temos os PALOP. Os Ingleses têm uma palavra bonita que exprime a ideia de riqueza comum. Nós temos os PALOP (...). “Palop” parece o barulho que faz um império a cair redondo no chão.” (Cardoso, 2001/1988: 205).

Deste modo, MEC questiona o tipo de relacionamento que Portugal tem com os países nascidos do rescaldo do fim do império.

O imaginário imperial dominara a imaginação pública portuguesa, durante cerca de um século, permitindo a afirmação de uma autoimagem do país enquanto centro de poder, que podia, graças ao ultramar, passar sem a Europa (MacQueen, 2003). Especialmente depois da II Guerra Mundial, quando o mundo colonial começou a colapsar – ou a ceder terreno para impérios de natureza diferente – o Estado Novo teve a capacidade de se reinventar à luz de uma doutrina que, ao conceber as colónias como províncias ultramarinas permitia a sua tranquila inclusão no projeto de uma nação una e indivisível. Em virtude de tal conceção, o imperialismo português pôde pensar-se como diferente, reputando-se como menos violento e mais amável do que os seus congéneres para com as populações colonizadas, como se fosse, enfim, um imperialismo menos imperialista (MacQueen, 2003).

Como nota MEC, tal conceção ainda continua presente na mente portuguesa, inquinando o relacionamento com os africanos e com África:

“Nós *gostamos* dos pretos (...) mas gostamos *de cima para baixo*, um bocado como um patrão de bom coração pode gostar sinceramente de um criado. Achamos que eles são preguiçosos, engraçados, diferentes. Gostamos deles

<sup>7</sup> “(...) Nas palavras de Fernando Cristóvão, 1986 é o ano que marca a nascerça da lusofonia. A grandiosa lusofonia está, obviamente, acima da mera língua portuguesa (...)” (Cardoso, 2001: 357).

assim. Sentimo-nos superiores. E ninguém gosta que se goste assim de alguém. A tragédia é que se pode gostar assim de alguém – mas o outro, assim, não pode gostar de nós. Para respeitar as nossas ex-colónias temos de lhes fazer o favor de achá-las países *estrangeiros* (...). (...) as nossas ex-colónias têm de ser esquecidas como “nossas ex-colónias”. Já não são – e jamais serão – colónias. Já não são – e nunca mais serão – nossas.” (Cardoso, 2001/1988: 206-208).

As palavras de MEC são motivadas pelo facto de a Guiné-Bissau ter ponderado a adoção do Francês como língua oficial, já que o país se localiza numa região africana onde, predominantemente, é essa a língua empregue. O mesmo tipo de problema pôs-se relativamente a Moçambique, que ponderou juntar-se à Commonwealth e adotar o Inglês como língua oficial, dado que os países seus vizinhos pertencem a esta organização e usam essa língua. No entanto, em 1996, quer a Guiné-Bissau, quer Moçambique contavam-se entre os países fundadores da CPLP.

Como o cronista sublinha, o relacionamento entre Portugal e estes países, sendo desejável, só poderia ocorrer no quadro da amizade – e esta é uma escolha e uma prática, “um sentimento *de igual para igual*” (Cardoso, 2001/1988: 208), que possibilita a emancipação do passado colonial e a plena inclusão num novo paradigma de ligação, em que nenhum dos estados se submete aos demais<sup>8</sup>.

Posto isto, o que informa a opinião de MEC a propósito do A.O é a ideia de que no presente só faz sentido um relacionamento pautado pelo igualitarismo, respeito mútuo e observância das diferenças, que são criativas e enriquecedoras, mas que são ameaçadas pelo A.O.

Até 1986, “cada país exercia o direito inalienável de escrever a língua portuguesa como queria [e as] variações ortográficas tinham graça e ajudavam a estabelecer a identidade cultural de cada país”, mas a adoção de uma ortografia comum implicará o abandono das peculiaridades identitárias e “nenhum país pode escrever como ele *sozinho* quer”. Neste sentido, a ortografia, que é sinónimo de “escrita correta”, dá lugar à “tortografia”, que “consiste em escrever *tudo torto*” (Cardoso, 2001: 358).

De maneira a desfazer um dos argumentos mais disseminados acerca da necessidade de implementar uma ortografia comum aos países lusofalantes – a convicção de que o Português é a única língua culta que possui mais do que uma variante

<sup>8</sup> Na crónica “Problemas com os bilhetes para Angola” (Cardoso, 2001/1991: 149-154), MEC volta à questão da convivência pós-colonial, a partir da assinatura dos acordos de Bicesse. Recorde-se que em maio de 1991, as fações em conflito em Angola – o MPLA, de José Eduardo dos Santos e a UNITA, de Jonas Savimbi – reuniram-se, com o apoio do governo de Cavaco Silva, em Bicesse, onde firmaram um cessar-fogo temporário, para permitir a realização de eleições no país. De acordo com MEC, a “paz” alcançada foi usurpada pelo discurso oficial português, o que sinaliza a forma nacional de racismo português, radicado no paternalismo que, para MEC, determina uma conceção do “preto como uma criança” (Cardoso, 2001/1991: 151).

Assim, a atitude paternalista transita do relacionamento entre indivíduos para o relacionamento entre estados, o que explica – mas não justifica – a apropriação da paz angolana pelo estado português:

“Quando morre o Império, é Portugal que se torna em Padrinho dos PALOP. Os PALOP são vistos como orfãos pobres, de barriga dilatada, abandonados pela Mãe-Metrópole e pelo Pai-Pátria, por causa de umas discussões que houve lá em casa. Pobrezinhos! Daí que surja agora o Super-Pradinho, o Portugal desenvolvido e democrático dos anos 90. É padrinho no sentido português e, como ambição neo-colonialista mal disfarçada, no sentido mafioso também” (Cardoso, 2001/1991: 151-152).

ortográfica<sup>9</sup> – MEC recorre à analogia com o caso do Inglês e das suas variantes britânica e americana.

Considerando que a relação de forças que existe entre o Reino Unido e os EUA é semelhante à relação que existe entre Portugal e o Brasil, no que respeita quer ao número de falantes, quer à quantidade de livros editados, MEC defende que a influência dos EUA é mais notória no Reino Unido, do que a influência brasileira em Portugal, ainda que esta venha a crescer previsivelmente. Porém, a similitude dos casos transcende este aspeto e entronca no facto de Reino Unido e Portugal terem sido potências imperiais, que têm nos EUA e no Brasil as suas primeiras ex-colónias<sup>10</sup>. Estes territórios não só ganharam a sua autonomia bastante cedo, se atendermos ao quadro da história colonial, como também têm dimensões continentais, o que obriga ao questionamento de quais as relações de força que estão em jogo quando se fala do tema da língua.

A consciência de que o Brasil é uma nação mais antiga do que as nações africanas, tendo firmado uma identidade e cultura próprias<sup>11</sup>, implica que o debate em torno do A.O. pareça ter em conta apenas o “Português de Portugal” *versus* “Português do Brasil”, sendo deixados fora da discussão os países africanos, ou Timor Leste, assumindo-se que estes utilizam o Português Europeu. É certo que o Acordo incide sobre a “norma culta” da língua. Mas o que significa isso<sup>12</sup>?

“Português europeu” e “Português do Brasil” denotam duas variantes nacionais da língua portuguesa, deixando de fora, pelas razões supra aduzidas, o Português usado em África. Ora, estas designações denotam também as diferenças fonéticas (mas também as distinções lexicais, sintáticas e semânticas) perceptíveis de um lado e do outro do Atlântico e que as ortografias vigentes sinalizavam, ajudando à conformação de duas identidades nacionais distintas e autónomas, que não negavam a relação de parentesco que mantinham, tal como se verifica nas variedades britânicas e americanas do Inglês:

<sup>9</sup> “O argumento é impressionante e tem sido largamente difundido. Apela ao complexo de inferioridade dos Portugueses, já que estes seriam os únicos, entre os “cultos”, a tolerar discrepâncias ortográficas, dando a ideia que seria mais “cultos” se procurassem unificar a ortografia. Apela também ao receio de isolamento internacional, criando a imagem de um país pequeno que, agarrando-se à sua ortografia própria, se iria distanciando do Brasil e, por atacado, do resto do mundo. O único factor de isolamento português não se deve à ortografia, mas à *ignorância*.” (Cardoso, 2001: 363).

<sup>10</sup> É certo que ao longo do último século, se tem assistido ao domínio da influência dos EUA um pouco por todo o mundo e não só nas comunidades anglófonas: o cinema, a música, a televisão e a tecnologias de informação e comunicação, entre outros, têm contribuído fortemente para a difusão dos valores americanos, configurando afinal também uma forma de imperialismo. Embora o caso brasileiro não seja comparável ao americano, a presença da cultura brasileira em Portugal começou a fazer sentir-se com maior premência a partir da transmissão da telenovela *Gabriela*, adaptação do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado (Ferin, 2003: 2011).

<sup>11</sup> A questão da identidade nacional merecia, só por si, um longo excuro que não cabe no âmbito deste artigo. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Anderson (2006/1983) e Hobsbawm (1998) sobre o assunto. Para a questão da identidade nacional portuguesa, Mattoso (2001), Sobral (2012) e Catroga (2013) fornecem contributos importantes. No que diz respeito à posição de Miguel Esteves Cardoso em relação ao tópico da identidade nacional portuguesa, veja-se Barradas (2012).

<sup>12</sup> A noção de cultura, associada em exclusivo aos artefactos simbólicos produzidos por uma elite (artística, económica ou social), merece as reservas de MEC, como se depreende leitura do seguinte excerto de “A aventura da cultura” (Cardoso, 1995/1990: 209):

“Ninguém pode ser “mais culto” do que outra pessoa. Ninguém deve sentir-se mal. Não se vive sem cultura. É como o ar que se respira (...). É preciso ver que há muitas maneiras de ver numa sociedade e que é altamente improvável que uma seja mais avançada, correta, higiénica e frutífera.

As receitas de cozinha, ou as maneiras de dobrar a roupa, juntamente com os sonetos e os pensamentos políticos constituem uma cultura nacional. Um partes não podem ser “superiores” à outra (...).”

“(...) podemos honestamente dizer que o Reino Unido tem sofrido por continuar fiel à sua própria ortografia? (...) Não podemos. (...) Pelo contrário, estas discrepâncias ortográficas *nunca* prejudicaram o intercâmbio cultural e científico entre os dois países e foram *sempre* mutuamente respeitadas e até acarinhadas. Se o Brasil e Portugal são países irmãos como o são os EUA e o Reino Unido, e se a ortografia é uma “epiderme”, por que é que há de passar pela cabeça de alguém torná-las gémeas através da cirurgia plástica de um acordo? Irmãos não basta? (...) [As] singularidades ortográficas servem para dar identidade própria a cada irmão dentro da mesma família. Se a cultura britânica tem implantação nos EUA e, vice-versa, (...) é porque possuem políticas culturais, institutos britânicos e americanos, e alimentam indústrias culturais que são exportáveis precisamente porque se conseguem implantar internamente.” (Cardoso, 2001: 365).

O Inglês tem mostrado a capacidade de registar alguns dos seus vocábulos, de acordo com diferentes opções gráficas. Neste caso, as grafias alternativas não constituem uma fragilidade do sistema, mas uma das suas potencialidades, pois é também através delas que se manifesta a vivacidade da língua, em concomitância com a realidade geopolítica, social e cultural dos indivíduos que a utilizam.

Este argumento vai ao encontro de um dos pressupostos da linguística, segundo o qual do ponto estritamente linguístico não existem variedades geográficas e sociais mais ou menos corretas; no entanto, por razões de prestígio é frequente algumas das variedades serem repudiadas em detrimento de outras, tidas como mais adequadas e, conseqüentemente, como mais corretas.

Não obstante estas observações se reportem a variedades existentes dentro do mesmo espaço geopolítico e remetam para a natureza oral da língua, elas estão em linha com a constelação de problemas que o A.O. levanta. Se se considerar que não há variedades geográficas ou sociais mais ou menos corretas, que razões justificam uma homogeneização da ortografia, que surge à revelia das práticas de escrita institucionalizadas pelos estados e da noção de que uma ortografia deve ser uma marca de identidade nacional, tal como o são o repertório de sons de fala, de vocábulos ou de possibilidades de construções sintáticas, entre outros? Haverá outras razões para além da imposição cultural ou da necessidade de branquear o passado colonial?

A argumentação que justifica que a adoção de uma ortografia comum ao espaço lusófono serve sobretudo os interesses internacionais da língua portuguesa, ao fornecer um modelo de escrita aplicável em organizações multinacionais, no ensino da língua a aprendentes estrangeiros ou no favorecimento das relações entre os próprios estados lusofalantes colide, assim, com a argumentação desenvolvida por MEC.

Para o cronista, a tentativa de unificar um aspeto que inequivocamente sinaliza a individualidade de cada um dos estados que utiliza o português, mais não é do que a assunção de provincianismo e de uma tentativa neo-colonialista, porque

“Cada país (...) tem o direito e o *dever* de deixar desenvolver um idioma próprio, Portugal *já tem* uma língua e uma ortografia próprias. Há já bastante tempo. O Brasil, por sua vez, tem conseguido criar um idioma de base portuguesa que é riquíssimo e que se acrescenta ao nosso. Os países africanos que foram colónias nossas avançam pelo mesmo caminho. Tentar “uniformizar” a ortografia, em

culturas tão diversas, por decretos aleatórios, que ousam passar por cima dos misteriosos mecanismos da língua, traduz um insuportável colonialismo às avessas, um imperialismo envergonhado e bajulador que não dignifica nenhuma das pátrias envolvidas. É uma subtracção totalitária.” (Cardoso, 2001: 359)

Ao pugnar pela diversidade ortográfica, MEC está a exigir que o valor simbólico de que a língua está investida não só se mantenha, como aumente, ao ser apropriado tanto por falantes como por escreventes de todo o globo, numa atitude cosmopolita, respeitadora das diferenças e verdadeiramente civilizada:

“A verdadeira dignidade não é essa – é soltar a língua portuguesa pelo mundo fora, já que a sua flexibilidade é uma das suas maiores riquezas. Aquilo que já aconteceu – haver um português brasileiro, um português angolano, um português indiano – é a prova gloriosa disso. (...) Que graça tinha se se fizesse um Acordo Ortográfico e nenhum português, brasileiro ou cabo-verdiano o obedecesse. Isso sim, seria um acordo inteligente. Concordar em discordar é a verdadeira prova de civilização.” (Cardoso, 2001: 361-362)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passadas cerca de duas décadas sobre as primeiras reuniões conducentes à redacção do A.O., e transcorridos cerca de quatro anos sobre o início da sua aplicação, a situação mantém-se confusa. Por um lado, a maioria dos órgãos de comunicação social adotou a nova ortografia; no ensino, o Acordo está a ser aplicado e os jovens aprendentes da escrita usam as novas formas; os documentos oficiais são também escritos segundo as novas regras. São sinais, como Carlos Reis nota, de que se caminha para a naturalização das mudanças propostas pelo A.O. (“Acordo Ortográfico: um homem mordeu o cão”. *Expresso*, 9/02/ 2013).

Por outro lado, o coro de protestos não abranda: académicos, jornalistas, comentadores e pessoas comuns têm demonstrado as suas reservas em relação ao documento e relutância na sua aplicação<sup>13</sup>. Esta posição ganhou um novo alento quando se tomou conhecimento de que o Brasil tinha prolongado o período de transição para a vigência obrigatória do A.O até 2015. Assim, esperava-se que também a Assembleia da República redefinisse a sua atitude, o que não veio a acontecer e constitui, nas palavras de Maria Alzira Seixo um verdadeiro “golpe antidemocrático” (“O Acordo Obscurantista”. *Público*, 10/01/2013).

Aquando da adoção do A.O., em 2009, MEC questionava:

“Até que ponto é obrigatório o acordo ortográfico? Poderão multar ou prender quem não obedecer? (...) Vai haver uma ASAE da ortografia?” (“Acordo, a tua avó”. *Público*, 22/12/2012).

<sup>13</sup> Entre os aspetos mais contestados está a questão das consoantes mudas. O Acordo estabelece que devem ser eliminadas da escrita caso não sejam pronunciadas, mas mantidas em caso de articulação. Esta norma tem tido como curiosa consequência o facto de que em português europeu a consoante desapareceu, conservando-se, porém em português do Brasil, num exemplo claro de como se introduziu uma divergência, que não existia, no sistema. Ao mesmo tempo, a ânsia de eliminar estas consoantes tem conduzido a fenómenos de hipercorreção, como por exemplo, na grafia de “fato” por “facto”.

A sua incitação à desobediência aos preceitos estabelecidos pelo A.O. justifica-se pelo facto de este configurar um “plano totalitário de unificação”, que fica mal quer a Portugal, quer aos demais países lusófonos, pois “o império acabou, para todos nós”. Por isso, à medida que as relações de força entre Portugal e os países outrora colonizados se vai alterando – sublinhe-se a preponderância no contexto internacional que não só o Brasil, mas também Angola vêm colhendo – mais interessa salientar a necessidade de repensar a questão imperial nas suas múltiplas dimensões.

Como se viu, embora MEC se apresente como um crítico de uma ideia de lusofonia que, para se concretizar encontra, entre outros mecanismos, uma estratégia de unificação ortográfica aniquiladora das diferenças culturais denotadas pela escrita, ele é partidário de uma ideia de lusofonia que, por ter recebido de herança a língua portuguesa, deve usá-la na conformação de identidades autónomas e novas. O facto desse legado ter sido transmitido e recebido numa situação de colonialismo, tornam-no num património que urge observar sob uma nova perspectiva: insistir na uniformização é insistir na ideia imperialista de “civilizar”, fazendo tábua rasa da diversidade que, afinal, o império nos deixou.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (2006/1983). *Imagined Communities*. London: Verso.
- Barradas, M. F. (2012). *Uma Nação a Falar Consigo Mesma: O Independente (1988-1995)*. Dissertação de Doutoramento Apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa. URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7390>.
- Cardoso, M. E. (2001 [1988]). *Os Meus Problemas*. 12ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (1995 [1990]). *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2001 [1991]). *Último Volume*. 5ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2001). *Explicações de Português*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2009). “Acordo, a tua avó”. *Público*. 22 de dezembro.
- Catroga, F. (2013). *A Geografia dos Afectos Pátrios*. Coimbra: Almedina.
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. URL: [www.cplp.org](http://www.cplp.org)
- Cunha, C. & Cintra, L. (1994 [1984]). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- Ferin, I. (2003). “A Revolução da Gabriela: o Ano de 1977 em Portugal”. *Cadernos Pagú*. Nº 21. Campinas: Unicamp. pp 39-73.
- Ferin, I. (2011). “Audiências e Recepção das Telenovelas Brasileiras em Portugal”. *Comunicação, Mídia e Consumo*, Vol. 7. Nº 20. Pp. 91-118.
- Hobsbawm, E. (1998). *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*. Lisboa: Terramar.

- Mateus, M. H. M & Villalva, A. (2006). *O Essencial Sobre Linguística*. Lisboa: Caminho.
- Mattoso, J. (2001). *A Identidade Nacional*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- McQueen, N. (2003). "Redefining the 'African Vocation': Portugal's Post-Colonial Identity Crisis". *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 11, Nº 2, pp. 181-199.
- Neves, M. H. M. (2010). "O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação". *D.E.L.T.A.*, 26: 1, pp. 87-113.
- O Independente* (1988), 16 de setembro, Caderno 3.
- O Independente* (1991), 7 de junho, Caderno 1.
- O Independente* (1991), 21 de junho, Caderno 3.
- O Independente* (1991), 19 de julho, Caderno 3.
- Pascoaes, T. (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Portal da Língua Portuguesa. URL. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>.
- Reis, C. (2013). "Acordo Ortográfico: um homem mordeu o cão". *Expresso*, 9 de fevereiro.
- Seixo, M. A (2013). "O Acordo Obscurantista". *Público*, 10 de janeiro
- Sobral, J. M (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sobral, J. M & Vala, J. (org) (2010). *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais